

Cresce reação contra

Pais e alunos se mobilizam em todo o País

mensalidades escolares

para revogar decreto que deixou preços livres

Muitos alunos e pais de alunos de todo o País que estudam em escolas particulares não estão conseguindo pagar a primeira mensalidade — a preços liberados — deste semestre letivo. Em outras palavras, a maior parte dessas escolas já repassou integralmente para o bolso dos estudantes o aumento dos professores, além de outros custos e da URP. E, tudo isso, sobre uma base (a mensalidade de fevereiro) que já andava um tanto salgada, em especial para os assalariados, cujos reajustes vêm correspondendo apenas à URP (média geométrica da inflação).

Os altos valores que apareceram este mês nos carnês escolares, mais a dificuldade em checar os cálculos ou em reclamar contra preços que julgarem exorbitantes, estão levando pais e alunos a partirem por outros caminhos.

Em São Paulo, por exemplo, um abaixo-assinado para instaurar ação civil pública pleiteando inconstitucionalidade do Decreto 95.720, que liberou os preços, já está correndo no meio estudantil e nas APM's de algumas escolas. Esses alunos e pais de alunos tomaram como base para pleitear sua inconstitucionalidade, dois pontos: 1) — O decreto transferiu para particulares uma função pública; 2) — O decreto altera os termos de um Decreto-lei (0532/69), o que, também, de acordo com os advogados, é inconstitucional.

Como você vê, a liberação dos preços deve trazer, ainda neste semestre, uma série de discussões e problemas. Mesmo porque, aqueles que não estão conseguindo arcar com as mensalidades que as escolas particulares estão cobrando não têm muitas saídas. Afinal, o decreto que liberou os preços saiu depois de encerrado o período de matrícula nas escolas públicas, o que eliminou a opção, por parte de pais e alunos, de solicitarem transferência para a rede oficial.